

Ivana Stolze Lima

Fundação Casa de Rui Barbosa - Programa de Iniciação Científica.

Título: História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina

O texto a seguir é uma versão reduzida e adaptada do projeto *Conhecimento, registro e uso das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua geral de Mina*, aprovado pelo CNPq para obtenção de bolsa de produtividade. A presente versão apresenta a proposta para o Programa de Iniciação Científica da FCRB, com o objetivo de incorporar graduandos de História e áreas afins à equipe do projeto.

O projeto nasceu de um diálogo entre a história social da escravidão no Brasil e a história da África, mantendo um interesse especial pelo mundo atlântico em suas múltiplas formas de interação e trocas culturais.

Levando em consideração que o tráfico de africanos para o Brasil constituiu dos mais importantes fatores para sua história, tendo durado cerca de 3 séculos e tendo feito desembarcarem cerca de 4 milhões e meio de africanos, oriundos de diferentes regiões, cabe levantar algumas perguntas:

- Como se dava a comunicação entre os diferentes grupos preexistentes nos territórios e os africanos?
- Como se davam as trocas e como se reconstruíam os vínculos de comunidade entre os próprios africanos e entre os mesmos e os demais grupos, levando em conta que havia diferentes línguas?
- E quando isso acontecia, os africanos conseguiam manter suas línguas maternas? Havia outros que falavam as suas línguas?
- Havia uma política linguística relacionada à escravidão? Isto é, as autoridades coloniais e imperiais buscaram de alguma forma intervir na comunicação com os africanos?
- Como os proprietários de escravos administraram a questão da diversidade linguística?
- E os próprios escravos, tanto africanos como crioulos, construíram também uma política

linguística própria, valorizando práticas de comunicação específicas, e criando estratégias próprias diante da realidade linguística onde foram incorporados?

- Como os africanos aprendiam português? E em lugares e épocas em que o português não fosse a língua mais usada, os africanos aprendiam também as línguas indígenas, como o tupi, por exemplo?

- Que tipo de registros documentais dispomos para pensar nessas questões? E que referências bibliográficas são importantes para essa discussão?

Quando propomos uma história social das línguas africanas, pretendemos pensar e refletir sobre a dimensão histórico-social da circulação e uso de línguas africanas, discutindo as possibilidades de formação de vínculos comunitários e o estabelecimento de relações sociais entre escravos, africanos ou crioulos, e os demais grupos sociais no Brasil. Procuramos também entender melhor as perspectivas dos próprios africanos escravizados diante da sociedade escravista, em diferentes épocas.

No histórico desse projeto, desenvolvido há mais de 10 anos (ao qual os bolsistas terão acesso a partir dos artigos e capítulos já publicados) inicialmente focalizamos o século XIX e a questão do contato e do aprendizado do português. Depois de acumulada bastante experiência, dentre as línguas africanas faladas no Brasil, selecionamos duas delas para aprofundar nossa pesquisa. E chegamos à conclusão que era necessário ampliar o quadro temporal do projeto, incorporando o período colonial.

Apresentação do tema

Com intervalo de menos de meio século, duas obras elaboradas no período colonial dedicaram-se ao registro e descrição de línguas africanas no Brasil. São elas a *Arte da Língua de Angola*, publicada em Lisboa em 1697 e, em duas versões no formato de livros manuscritos, *Alguns Apontamentos da Língua Mina*, de 1731 e *Obra Nova da Língua Geral de Mina*, de

1741. Tratar em conjunto as duas obras, as suas diferentes formas de elaboração, os seus distintos suportes materiais (impresso, manuscrito), os seus diferentes destinos em termos de circulação e recepção, mostra um leque complexo em relação à experiência da escravidão africana no Brasil, tanto do ponto de vista dos escravos como das políticas senhoriais. A obra de 1697, considerada a primeira gramática de quimbundo, foi elaborada por um jesuíta português que viveu no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Como explorado em artigo de minha autoria dedicado ao tema, a gramática faz parte de uma série maior de obras dedicadas ao domínio do quimbundo e do quicongo, elaboradas no século XVII, série composta por catecismos bilingues ou multilingues, vocabulários e gramáticas. Mais do que o autor, Pedro Dias, para sua elaboração deve ser considerada toda a rede e experiência da Companhia de Jesus, em diferentes partes do mundo atlântico.

A segunda obra foi elaborada por Antonio da Costa Peixoto, português que viveu em Minas Gerais, um leigo, desconhecido, sem vínculo com as tradições literárias clássicas. Trata-se de um vocabulário ou manual de conversação, sem organização formal rígida, de palavras e frases de línguas do grupo gbe, predominantemente do fon. A versão de 1741, que amplia a primeira, sob a guarda da Biblioteca Pública de Évora, foi impressa por iniciativa de seu bibliotecário, Luís da Silveira, pela Agência Geral das Colônias em 1944, mas logo foi classificada pelos organismos de censura e continuou com circulação limitada.

Problematizar os distintos contextos e formas de elaboração, bem como os destinos de circulação dessas obras, provoca e possibilita algumas reflexões sobre a relação entre a escravidão e o domínio linguístico. Permite também questionar um tópos tradicional (escassa ou nulamente documentado) sobre uma suposta política senhorial de diversificar os escravos africanos para impedir sua comunicação mútua, tópos esse relacionado à ideia de que a diversidade de origens de africanos teria levado de fato a uma incomunicabilidade entre os mesmos. É interessante investigar as práticas dialógicas que conduziram os autores das duas obras ao conhecimento das línguas a que se dedicaram e até que ponto podem ser entendidas

como formas de políticas linguísticas direcionadas aos africanos escravizados. Por outro lado, é fundamental, para ter uma visão mais ampla, considerar as formas de comunicação travadas pelos africanos, onde se incluem as práticas de comunicação entre africanos e descendentes e os demais grupos da sociedade escravista.

Escavidão africana e as políticas linguísticas

A Arte da Língua de Angola é considerada a primeira descrição gramatical do quimbundo. O feito de Pedro Dias, no final do século XVII, coroa uma preocupação muito anterior¹. Se o esforço jesuítico com o tupi já é amplamente conhecido, o esforço em dominar o que denominavam a "língua de Angola" fez-se também muito presente nas primeiras décadas da escavidão africana no Brasil. A política jesuítica em relação aos indígenas pode ser articulada à sua atuação quanto à escavidão e ao tráfico africano. De certa forma, a defesa da liberdade dos índios – liberdade condicionada a uma série de projetos ali implicados – complementava a defesa tanto da escavidão como do tráfico de africanos. Na América portuguesa, a comunicação com os africanos já era estimulada em 1583: o visitador jesuíta Cristóvão de Gouveia pensou em enviar a Angola dois irmãos para aprenderem a língua quimbundo. Na sua missão na Bahia, Gouveia se fazia acompanhar por um "língua de escravos da Guiné", termo então genérico para toda a região subsaariana. Em 1584, em Pernambuco, em episódio relatado por Fernão Cardim, havia um irmão de 14 anos que fez uma oração na "língua de Angola". Em 1588 o padre geral recomendou ao provincial do Brasil, que se empregassem esforços para que os padres aprendessem não só o tupi, mas também "a língua de Angola", dizendo que "V^a. R^a. verá os

¹ Uma das fontes de informações sobre Pedro Dias é a obra de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (doravante HCJB), que se compõe de 10 volumes publicados entre as décadas de 1930 e 1950. Além da nota biográfica sobre Pedro Dias, de cerca de 2 páginas, há dados dispersos em outras partes da obra. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Portugália, 1938-1950, 10 vols. Exploramos ainda: Guilhermy, E. *Ménologe de la Compagnie de Jesus*. Poitiers: Imprimerie de Henri Oudin, 1867; Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1740, Tomo III; Patrignani, Giuseppe. *Menologio di pie memorie*. Venezia, Niccolò Pezzana, 1730.

meios que para isto se podem tomar; e nos avisará do que lhe parecer, se for preciso dar-se de cá remédio a isso². Dois missionários foram enviados do Brasil a Angola, Antonio de Matos e Mateus Tavares³. Um pouco mais tarde, em 1596, o provincial Pero Rodrigues, que foi também visitador em Angola, reforça a idéia de que os estudos da língua indígena no Brasil deveriam servir de exemplo para as missões em Angola⁴. Claro que a relação com as línguas indígenas seria muito mais decisiva para colonização e presença jesuítica no Brasil. Mas o cuidado com a língua de Angola – e não qualquer língua africana – sem dúvida revelava o peso estratégico da opção jesuítica acerca de temas como catequese, expansão da obra cristã, trabalho indígena e trabalho africano. Esse domínio sobre a língua de Angola envolveu uma ampla rede de jesuítas e se articula com os acontecimentos na região Congo-Angola desde o final do século XV⁵.

Por que uma gramática de quimbundo foi elaborada no Brasil e não em Angola? Se por um lado essa questão é pertinente, por revelar a importância da circulação dessa língua no Brasil, por outro lado ela se dissolve na medida em que se tornam evidentes os pontos de uma rede de contatos, e de uma construção simultânea, mais do que tomar Brasil ou Angola como realidades isoladas. Assim, vale considerar todo o sistema econômico e político, que envolveu trocas de mercadorias, pessoas, informações e articulações, no quadro do que Luiz Felipe Alencastro bem conceituou como o Atlântico Sul⁶. De todo o tráfico de africanos para o Brasil, Angola sempre foi a principal proveniência, com cerca de 40%, e as conexões políticas, econômicas e culturais foram constantes e intensas⁷. Ao longo do século XVII, segundo o banco de dados Slavevoyages, 688 mil indivíduos foram traficados da África Central (Congo e Angola) para o

² Carta de 21 de Março de 1588, *Bras.* 2, 57v. Citado por Leite, HCJB, vol. II, p. 353.

³ *Bras.* 8, 102 v. Citado por Leite, HCJB, II, 353.

⁴ Leite, HCJB, 564-565, II. (Carta de Pero Rodrigues, 24 de Março de 1596, *Bras.* 15, 418v.)

⁵ Alden, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond. 1540-1750*; Almeida, Carlos. Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na literatura missionária sobre o Kongo e a região mbundu. Tese de Doutorado. Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, 2009.

⁶ Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷ Ferreira, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*.

Brasil, e apenas entre 1650 e 1700 desembarcaram cerca de 400 mil indivíduos, uma média de quase 8 mil por ano⁸. Conjunturas políticas e configurações sociais específicas em que se inseriam os jesuítas de um lado e de outro do oceano foram também decisivas, criando condições comparativamente mais estáveis nos colégios do Brasil, onde a ordem era muito mais numerosa⁹. Mas o quimbundo no Brasil teve um status - foi uma língua de africanos escravizados - e outro, totalmente diferente, em Angola, em termos não só de número de falantes, mas de sua função, significado social e formas de uso e circulação¹⁰.

Porém, como amplamente conhecido, o tráfico fazia desembarcarem africanos de diferentes regiões. No decorrer do século XVII, dos 784 mil africanos, seguindo a nomenclatura de lugares dessa mesma base de dados, 9 mil vieram da Senegâmbia, 10 mil da Costa do Ouro, 53 mil da Baía do Benim, 14 mil da Baía de Biafra e 7 mil do sudoeste da África e ilhas do Índico, além dos 688 mil da África Central. Essa diversidade de origens se aprofunda no século XVIII, com 595 mil provenientes da Baía do Benim, 50 mil da Costa do Ouro, 36 mil da Baía de Biafra, 60 mil da Senegâmbia. Durante esse século, a região da África Centro Ocidental continuou predominante, com 1.230 mil escravizados, do total de quase 2 milhões de africanos desembarcados no Brasil. Novas línguas se acrescentavam ao genérico "língua da guiné" ou à "língua de Angola". Passam a aparecer indícios da comunicação com os africanos da Costa da Mina, através da expressão "língua mina". Claro que essas categorias subsumem uma gama de diversidade étnica e linguística, e são significativas enquanto categorias históricas, a exemplo

⁸ The Trans-Atlantic Slave Trade Database: www.slavevoyages.org.

⁹ Presentes desde o início da colonização, e tendo recebido privilégios e propriedades, os jesuítas criaram um colégio em Luanda em 1607, mas tiveram em média apenas por 15 missionários por vez. Para uma visão geral, ver Alden, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond. 1540-1750*. Para uma análise mais aprofundada da situação dos jesuítas em Angola no contexto, ver Almeida, Carlos. *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na literatura missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do século XVI - primeiro quartel do século XVIII)*. Tese de Doutorado. Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, 2009.

¹⁰ Sobre os status diferenciados de línguas em circulação, ver Calvet, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 58.

das identificações construídas pelo tráfico¹¹.

O momento que se estende do final do século XVII às primeiras décadas do século XVIII, que é também aquele que abrange a elaboração dos registros aqui focalizados, merece mesmo um olhar diferenciado para entender as diferentes linhas e forças da história social das línguas na sociedade escravista colonial. É de extrema importância considerar o quadro em que os africanos e descendentes irão conviver e repertório linguístico ao qual se incorporaram. Como amplamente conhecido, a comunicação colonial se estabeleceu sobre as línguas gerais formadas a partir das línguas indígenas¹². No caso dos africanos, conseguimos localizar, especificamente para o período mencionado, diferentes ações das autoridades do mundo colonial que visaram a questão da comunicação com os escravizados. O escopo de suas ações não deve ser reduzido ao Brasil, mas antes pensadas no âmbito do império ultramarino. São autoridades que circulam e é nesse âmbito que a comunicação com os africanos era pensada, embora sem dúvida as situações específicas fossem também consideradas.

Por exemplo, vejamos essa proposta apresentada em 1700. João de Lencastre, governador geral do Brasil que havia sido governador de Angola e que naquele mesmo ano havia participado dos funerais de Pedro Dias, honrando assim o autor da gramática que construía um domínio para essa língua, demonstrava estar preocupado também com a "doutrina dos negros da Costa da Mina", pelo motivo de "se ignorar a diversidade de suas línguas, assim naquela Ilha [de São Tomé] como nesta cidade. Ele busca agentes que assumam essa responsabilidade: o arcebispo que tome a si a questão, que através dos párocos, obrigue também os moradores, para que estes

¹¹ Soares, Mariza de Carvalho. From Gbe to Yoruba: Ethnic Change and the Mina Nation in Rio de Janeiro. In: Falola, Toyin e Childs, Matt D. (org). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004. 231-247.

¹² Rodrigues, Aryon Dall'Igna. As línguas gerais sul-americanas. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similates* 4 2 (1996): 6-18. (p. 7) Bessa-Freire, José Ribamar. *Rio babel : a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. Um trabalho muito interessante de história sobre a Brasília, e uma variedade que surgiu no século XVIII, "Vulgar", é a tese: LEE, Kittiya. "Conversing in Colony. The Brasília and the Vulgar in Portuguese America, 1500-1759." Johns Hopkins University, 2005.

"os façam doutrinar e catequisar pelos intérpretes", para que pudessem então ser batizados e que se procedesse assim à "salvação desses miseráveis"¹³. Na resposta do Conselho Ultramarino ao seu pedido, aparece uma ação para a formação de catequistas: "se devem procurar dos negros os que melhor possam servir para catequistas ensinando-os e doutrinando-os a este vim". A Junta das Missões deveria estipular de quanto seria o "prêmio que hão de ter pelo seu trabalho". Quem pagaria por isso seriam os próprios "senhores dos negros", que deveriam ainda estar obrigados a respeitar os dias definidos para esse catecismo. A proposta distribuía tarefas e responsabilidades entre os agentes coloniais: caberia ao colégio da Companhia de Jesus a formação dos catequistas, sendo essa despesa paga pela fazenda real. Ainda se sugeria que o bispo de São Tomé procurasse ao máximo catequisar os africanos que se detivessem na Ilha antes de embarcarem para a Bahia. Para a doutrina porém daqueles que viessem diretamente da Costa deveriam ser empregados os "negros forros práticos na sua mesma língua", que aprenderiam o ofício de catequistas com os padres jesuítas. Se não fossem encontrados tais "negros forros e ladinos", a fazenda real deveria adquirir escravos, escolhendo aqueles que pudessem "dar conta de si neste ministério". Ainda uma outra frente de ação seria que "havendo algum (...) na Ilha de São Tomé que possa (...) servir para ser catequista dos negros da Costa (...) os aceitem por este meio". Esse conjunto de medidas demonstra como havia uma demanda por "negros práticos na sua mesma língua" e como por diferentes caminhos as autoridades buscam atraí-los para sua esfera. Parece claro também que o papel da Companhia seria ensinar o teor religioso, mas o saber linguístico buscado era o dos negros¹⁴. A matéria gerou ainda uma Carta régia, em que além do que foi exposto, a fazenda real pagaria aos catequistas, mas os senhores dos escravos pagariam um salário maior "para que com esta esperança se possam capacitar mais facilmente para o seu ministério"¹⁵.

¹³ Consulta do conselho ultramarino ao rei D. Pedro II acerca do recrutamento de catequistas entre os negros forros da Bahia para doutrinar os negros da Costa da Mina. Lisboa, 23 de fevereiro de 1701. AHU, Bahia, Caixa 3, Doc. 314.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Carta régia de 7 de março de 1701. LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: Tavera, Fundacion Historica (org). *José Andrés-Gallego (coord.), Nuevas Aportaciones a la*

Segundo Russel-Wood, a proposta acabou sendo repreendida pelo arcebispo de Salvador, por esbarrar no medo de influência inadequada desses catequistas, já que segundo esse os missionários não teriam controle sobre as línguas africanas¹⁶.

Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, já tinha atuado na questão de Palmares como governador de Pernambuco. Quando governador da Capitania de Minas Gerais, em 1719, oficia ao rei sobre a "desordem que se experimenta em todo esse governo na mesma doutrina dos negros", elencando para isso dois motivos. O primeiro seria que os "senhores" não liberariam seu tempo para a doutrinação. O segundo seria o mais essencial: "é porque vindo a maior parte deles já adultos de Angola e da Costa da Mina, dificilmente aprendem a falar a língua portuguesa". Para sanar isso, seria necessário "saberem os vigários as línguas de Angola e da Costa de Mina com os dialetos". Tarefa que não seria "invencível porque assim como nos colégios dos Padres da Companhia da América não professam estes sem saberem a língua geral da terra para estarem hábeis para as missões dos índios, muitos dos ditos padres sabem a língua de Angola e da Costa da Mina." Ele propõe que houvesse "classes em que os clérigos aprendessem as ditas línguas". Pedro de Almeida faz também um interessante comentário sobre a proporção do número de negros nos domínios portugueses "destes é o maior número que os habitam"¹⁷.

Observamos assim que a questão da comunicação com os africanos era algo estratégico, tanto para autoridades leigas, como para as autoridades religiosas.

Percebe-se assim que, embora aparentemente dispersa, desenhava-se uma política linguística em relação à escravidão africana. E a análise das medidas das autoridades de diferentes instâncias apontou duas grandes vertentes - a língua de angola, e a língua da costa da mina, ou língua mina, para usarmos as formas contemporâneas com que eram designadas.

Historia Jurídica de Iberoamérica, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000.

¹⁶ Russel-Wood, A. J. R. *Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. Oxford, Oneworld Publications, 2002, p. 80-81.

¹⁷ Governador Assumar ao Rei. Vila do Carmo 4 de outubro de 1719. Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos Governadores ao Rei. Arquivo Público Mineiro. SC-04

O continente africano tem cerca de 2 mil línguas, ou um terço das línguas do mundo, que são classificadas em quatro troncos ou macro-famílias, sendo a maior a nígero-congolesa, com quase 1500 línguas e se estendendo do Senegal ao Quênia e à África do Sul¹⁸. Para avaliar as línguas africanas faladas no Brasil, parte-se de duas áreas atingidas pelo tráfico: a oeste-africana e a austral. Segundo Margarida Petter, a África ocidental se caracterizaria por uma maior diversificação e também por um maior número de línguas. Para citar algumas dessas línguas: o mandinga (da família mandê), o gurúnsi (da família gur); o subgrupo gbe, com as línguas eve, fon, gen, aja (da família cuá), que seriam a base da *Obra Nova da Língua Geral de Mina*. Também de presença evidente na história do Brasil, os falares iorubá (família benuê-congolesa, subgrupo defóide¹⁹), tradicionalmente designados como nagô no Brasil. No caso da África austral, as línguas trazidas para o Brasil classificam-se na família ou grupo banto, que hoje abriga cerca de 600 línguas na África, e que se estende em grande parte do continente. Alguns nomes seriam o quicongo, o quimbundo, o umbundo, da região Congo-Angola, e o macua, de Moçambique, dentre vários outros.²⁰ As línguas do grupo banto compartilham características estruturais, mas não se deve projetar uma intercompreensão plena, ou fácil entre seus falantes. Está longe, assim, de ter constituído uma ampla e espontânea comunidade de fala entre os

¹⁸ Bonvini, Dictionnaire des langues. introd. e cap. Les langues d'Afrique. Bonvini, Emilio. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. *Histoire Épistémologie Langage* 18 2 (1996): 127-148.

Bonvini, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Fiorin, Jose Luis e Petter, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

Bonvini, Emilio, Busutil, Joëlle, e Peyraube, Alain. *Dictionnaire des langues*. Paris: PUF, 2011.

¹⁹ Alguns linguistas classificam o iorubá na família cuá, bom como organizam as línguas africanas faladas no Brasil com terminologias diferentes: ver Heliana Mello, p. 49. Yeda Pessoa de Castro, Falares Africanos na Bahia - VER! A sistematização de Bonvini é mais detalhada.

²⁰ Para uma lista de línguas africanas transplantadas para o Brasil ver: Bonvini, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: Fiorin, Jose Luis e Petter, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. A mesma lista foi publicada também em Petter, Margarida. Línguas africanas e línguas do tráfico. In: Lima, Ivana Stolze e Carmo, Laura (org). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, 2014. 345-347.

africanos escravizados no Brasil, como alguns usos genéricos do termo banto sugerem. Para avaliar a força das comunidades de fala entre africanos, vale assim mais uma vez considerar os contextos específicos, as concentrações propiciadas pelo tráfico, e a "ecologia" das línguas disponíveis para a comunicação. Da mesma forma, vale entender os processos de reconstrução dos vínculos comunitários e sociais, e a dimensão de que a comunidade escrava era marcada por hierarquias internas que, se por um lado segmentavam os distintos grupos, eram também as formas de desenhar suas identidades particulares²¹.

Hipóteses de trabalho

As obras *Arte da Língua de Angola*, publicada em Lisboa em 1697 e, em duas versões no formato de livros manuscritos, *Alguns Apontamentos da Língua Mina*, de 1731 e *Obra Nova da Língua Geral de Mina*, de 1741, além de registros de línguas africanas no Brasil, são produtos de um contexto histórico social que pode ser relacionado à investigação de políticas linguísticas em torno da escravidão africana no Brasil.

Por políticas linguísticas entenderemos tanto as obras em si, como medidas dispersas ou articuladas, propostas por diferentes autoridades coloniais em torno da comunicação com africanos. Investigaremos assim, de forma simultânea, além das referidas obras, campos documentais ligados à administração colonial e outros que possam ser pertinentes à compreensão do contexto de sua elaboração.

O conceito de políticas linguísticas será também empregado para questionar e lançar luz sobre as possíveis formas de comunicação africana face a sua experiência no mundo escravista nas Américas, explorando sempre que possível a dimensão atlântica de tais formas de comunicação.

²¹ Schwartz, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. O principal exemplo da segmentação e construção de identidades que marca as comunidades escravas é o funcionamento das irmandades: Soares, Mariza de Carvalho. *Os devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão. Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Objetivos gerais

- Realizar e estimular investigações acerca da história social das línguas no Brasil, que considerem como a dimensão linguística se incorpora à reflexão sobre os diferentes contextos e problemáticas históricas.
- Identificar e explorar acervos documentais e bibliográficos que permitam tais investigações, bem como refletir sobre as formas de tratamento teórico e metodológico pertinentes.
- Estimular a interdisciplinaridade entre a história e áreas relacionadas à linguística, sociolinguística e história das ideias linguísticas.
- Aprofundar o exame das interconexões entre África e Américas na formação do mundo atlântico.

Objetivos específicos

- Analisar os indícios sobre a circulação das línguas africanas no Brasil e no mundo atlântico para investigar as formas de comunidade linguística construídas por africanos e descendentes e outros grupos étnicos e sociais no Brasil. Para esse objetivo, focalizaremos especificamente duas obras produzidas no período colonial: a Arte da Língua de Angola (1697) e a Obra Nova da Língua Geral de Mina/Alguns apontamentos da língua mina (1731-1741), entendidas como produtos de um contexto histórico-social relacionado tanto às práticas de comunicação como a políticas linguísticas relativas à escravidão africana.
- Contribuir para a identificação dos modos de conhecimento, registro e uso de línguas africanas no Brasil, em diferentes suportes e formatos materiais.
- Discutir propostas de fazer historiográfico pertinentes a tal análise.
- Dialogar com trabalhos que enfrentam temas como as formas de colonização linguística, a história das línguas indígenas, a história da especificidade do português brasileiro, a identificação das línguas africanas e a questão dos efeitos dos contatos linguísticos.
- Dar continuidade e complementar os objetivos específicos anteriores: explorar a relação entre a formação de uma língua nacional no Brasil, especialmente nos períodos colonial e do Império, e

a sociedade escravista; mapear os mecanismos e procedimentos para incorporar os escravos e africanos à língua portuguesa.

Justificativa

O projeto de pesquisa proposto pretende continuar a contribuir para o incremento da historiografia da escravidão no Brasil e sua relação com os diferentes grupos sociais. Muito já se falou acerca da lei 11.645/2008 que expandiu a lei anterior sobre o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira para a inclusão das questões indígenas. Hoje é inegável que essa lei, ao menos na sua versão inicial até o momento, causou um grande impacto na produção de conhecimento no país, em diferentes níveis educacionais. Daí a necessidade constante de investir no aprimoramento da pesquisa científica e seu desdobramento na formação de recursos humanos. A proposta justifica-se pela minha produção acadêmica nos últimos anos e pela atuação na formação de novos pesquisadores, tanto na Fundação Casa de Rui Barbosa, onde tenho orientado bolsistas de diferentes níveis (iniciação científica, graduados e recém-doutores), como no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, do qual sou colaboradora.

Referências documentais e bibliográficas²²

Manuscritos

Alguns apontamentos da lingua minna com as palavras portuguezas correspondentes. Por Antonio Da Costa Peixoto em 1731. (Seção de reservados Biblioteca Nacional de Lisboa)

Obra Nova da Lingua Geral de Mina. Antonio da Costa Peixoto. (Biblioteca Pública de Évora)

Consultas, cartas, provisões etc. do Conselho Ultramarino. Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (BN Digital)

Compilações de documentos

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956. (CD-ROM: Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013).

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: Tavera, Fundacion Historica (org). *José Andrés-Gallego (coord.), Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000*. Madrid, 2000.

Dicionários, gramáticas, instrumentos de pesquisa e obras de referência

BALBI, Adrien. *Atlas Ethnographique du Globe, ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leur langue*. Paris, Renouard, 1826.

BONVINI, Emilio; BUSUTTIL, Joëlle. *Dictionnaire des langues*. Paris, PUF, 2011.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1716.

CANNECATIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portuguesa e latina*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia (um vocabulario afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras / Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002.

CHATELAIN, Héli. *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Genebra: Charles de Schuchardt, 1888-89

DIAS, Pedro. *Arte da Lingua de Angola*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697.

LEWIS, Paul. E. (ed.) *Ethnologue. Languages of the World*. Dallas, SIL, 2006, 16a. edição. Ethnologue.org (versão online)

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra, 1955 [1741]

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova da língua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

SILVA, ANTONIO MORAIS E. *Dicionário da Língua Portuguesa Recopilado*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

²² A bibliografia também foi reduzida, para fins de adaptação ao Programa de Iniciação Científica.

SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.
 SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Leuzinger, 1889.

Obras literárias, catecismos, viajantes, memorialistas e publicistas

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas 1680*. Reprodução fac-similada da edição de 1940 ed. 3 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.
 MAYER, Brantz, e CANOT, Theodore. *Captain Canot, or Twenty Years of an African Slaver*. 2007. Project Gutenberg. 05/12/2011 <<http://www.gutenberg.org/files/23034/23034-h/23034-h.htm>>.
 PACCONIO, F. *Gentio de Angola suficientemente instruído nos mysterios de nossa santa Fé*. Lisboa, Domingos Lopes Rosa, 1642
 RUGENDAS, J. Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967.
 SMITH, William. *New Voyage to Guinea*. London, s/ed., 1745

Obras Gerais

ABREU, Marcos. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c.1850)*. Unicamp, Dissertação de Mestrado em História, 2012
 ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond. 1540-1750*
 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
 ALMEIDA, Carlos. *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na literatura missionária sobre o Kongo e a região mbundu*. Tese de Doutorado. Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, 2009.
 ALKMIM, Tania (org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo, Humanitas, 2002, 3 vols.
 AUROUX, Sylvain *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora Unicamp, 2009
 BONVINI, Emilio. *Línguas africanas e português falado no Brasil*. In: FIORIN, Jose Luis e PETTER, Margarida (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
 CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
 CARDOSO, Suzana et al. *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
 CARVALHO, Marcus. *Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, UFPE, 1998.
 CERTEAU, Michel de et alli. *Une politique de la langue – La Révolution Française et les patois: L'enquête de Gregoire*. Paris, Gallimard, 1975.
 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (século XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

- ELLIS, Alfred B. *The Yoruba-Speaking Peoples of the Slave Coast of West Africa. Their religion, manners, customs, laws, language, etc. With an appendix containing a comparison of the Thsi, Gã, Ewe, and Yoruba Languages*. Chicago: Benin Press, 1964.
- FABIAN, Johannes. *Language and Colonial Power: The Appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo 1880-1938*. Berkeley, University of California Press, 1986.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FREIRE, José Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Eduerj/Atlântica, 2004.
- FRY, Peter e VOGT, Arno. *Cafundó, a África no Brasil - língua e sociedade*. Campinas/São Paulo, Unicamp/Companhia das Letras, 1996.
- GALVES, Charlotte et al (org) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, Editora UNICAMP, 2009.
- GOMES, Flavio dos Santos e REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- GUISAN, Pierre. Língua: a ambiguidade do conceito. In: Barreto, Monica Maria G. Saavedra e Salgado, Ana Claudia Peters (org). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Homenagem ao professor Jürgen Heye*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2009, p 17-27.
- HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade, 1985.
- KARASCH, Mary. *Vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. Sao Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia. Linguagem, Domínio Senhorial e Identidade Étnica nas Minas Gerais de Meados do Século XVIII. In: ALMEIDA, M. V.(org.). *Trânsitos Coloniais*. Lisboa, ICS, 2002.
- LARA, Silvia (org.) *Memórias do Jongo*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2008.
- LARA, Sílvia. *Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz*. Disponível em <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf>
- LEE, Kittiya. *Conversing in Colony. The Brasilica and the Vulgar in Portuguese America*. Johns Hopkins University, 2005.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Portugália, 1938-1950, 10 vols
- LEITE, Serafim. Padre Pedro Dias, autor da *Arte da Língua de Angola*, apóstolo dos negros no Brasil. *Portugal em África* n. 4, v. 2, p. 9-11, 1947.
- LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (org). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura do (org). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro, NAU/Faperj, 2014.
- LIMA, Ivana Stolze *Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro Imperial*. In: OLIVEIRA, Cecilia Salles (org.). *De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, HUCITEC, 2007, p.63-99
- LIMA, Ivana Stolze *Língua nacional, histórias de um velho surrão*. In: LIMA, I. S. e CARMO, L.(org.).

- História social da língua nacional*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2008b.
- LIMA, Ivana Stolze Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira (Ouro Preto, 1832). *Humanas* (Porto Alegre), v. 28, p. 33-67, 2006.
- LIMA, Ivana Stolze. A Língua Brasileira e os Sentidos de Mestiçagem e Nacionalidade no Império do Brasil. *Topoi - Revista de História*. 4. 2003b. 334-356.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas - sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.
- MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas, Pontes, 2004.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil - prefácio de Rodolfo Garcia*. Vol. col. Brasiliana vol. 46. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1935, 2ª ed.
- MINTZ, S. PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana*. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.
- PETTER, Margarida e José Luís FIORIN. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo, Contexto, 2008.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. Edição revista e ampliada.
- RIBEIRO, Alexandre, GEBARA, A. e BITTENCOURT, M. (org.). *África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF*. Niterói: Editora da UFF, 2010
- RODRIGUES, Aryon. "Obra Nova da Língua Geral de Minas": a língua ewe nas Minas Gerais. *Papia* 13 (2003): 92-96.
- RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades* vol I, n. 4, julho/setembro de 1983, p.21-41 (1983).
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- ROSA, Maria. *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos. O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, s.j.* Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2013
- SILVA, R. Virgínia M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.
- SLENES, Robert. "Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia, e PACHECO, Gustavo, org. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas: Folha Seca/Cecult, 2007.
- Idem. A Arvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Junia Ferreira (org). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006
- Idem. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP* 12 (1992);
- SOARES, Mariza de Carvalho (org). *Rotas atlânticas da diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 2007.
- Idem. Minas, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo* 3 6 (1998).
- THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro, Campus. 2004.
- VANSINA, Jan. Portuguese vs kimbundu: language use in the colony of Angola (1575-c.1845). *Bulletin des Séances Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer* 47 3 (2001): 267-281.

WISSENBACH, C. *Sonhos africanos, vivências ladinhas. Escravos e forros em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC/USP, 1998.

YAI, Olabiyi. Texts of enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth and Nineteenth-century Brazil. In: Lovejoy, Paul (org). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese missionary grammars. Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2011.